GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Relatório de Fornecedores Impedidos

	CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Tipo de Penalidade	Motivo da Penalidade	Data de início da vigência da penalidade	Data do fim da vigência da penalidade	Órgão que aplicou a penalidade
1	20.750.396/0001-00	UNIVERSO ENGENHARIA E ACÚSTICA LTDA - ME	Suspensão Temporária	Processo Administrativo Sancionador - Portaria 1132/2021 - SEDUC: I - APLICAR MULTA de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da concentração. (Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 234/2017, item 11.6); II - Suspender Temporariamente o direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e item 11.12 do Contrato nº 234/2017). Processo SEI nº 202100006018854.	19/10/2021	19/10/2023	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
2	12.599.487/0002-30	UP SERVICE COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	Suspensão Temporária	suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos concomitantemente com multa. Processo SEI nr 202100006058524	17/11/2021	17/11/2023	ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
3	20.750.396/0001-00	UNIVERSO ENGENHARIA E ACÚSTICA LTDA - ME	Suspensão Temporária	PROCESSO SEI NR 202100006010648 PELA APLICAÇÃO DE MULTA, 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação PELA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA SECRETARIA, pelo prazo de 02 (dois) anos	17/11/2021	17/11/2023	ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
4	29.613.394/0001-35	ALVES ENGENHARIA EIRELI	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202100006050025 - Anotação da penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos.	06/05/2022	05/05/2024	Secretaria de Estado da Educação
5	12.599.487/0002-30	UP SERVICE COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	Suspensão Temporária	Conforme Despacho nº 407/2022 da Secretaria de Estado da Educação, a Empresa foi penalizada com aplicação de MULTA E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA SECRETARIA, pelo prazo de 02 (dois) anos (Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 003/2021). Proc. SEI nº 202100006060166	18/05/2022	17/05/2024	Secretaria de Estado da Educação
6	37.282.669/0001-23	IDEAL CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Registro da penalidade de "suspensão temporária do direito da Empresa em comento de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos". SEI 202100006043397.	25/08/2021	25/08/2023	Secretaria da Educação

7	12.599.487/0002-30	UP SERVICE COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	Suspensão Temporária	Registro da penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 anos, juntamente com multa no valor de 23.238,46 da pessoa jurídica UP Service Comércio de Materiais e Serviços EIRELI, para apuração de responsabilidade por supostas irregularidades praticadas pela pessoa jurídica contratada para Reforma no Colégio Estadual Prof. César Augusto Ceva. DOC SEI 202100006060174.	29/11/2021	29/11/2023	Secretaria de Estado da Educação
8	05.202.752/0001-59	BARROS E SILVA CONSTRUTORA EIRELI - EPP	Suspensão Temporária	Proc. SEI nº 202100006069247. Aplicação da penalidade multa e suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos, tendo em vista o descumprimento do Contrato 001/2020 e da legislação vigente. Empresa contratada para reforma e ampliação do Colégio Estadual Professor Helon Gomide em Trindade/GO.	30/06/2022	29/06/2024	Secretaria de Estado da Educação
9	37.282.669/0001-23	IDEAL CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Proc. SEI nº 202100006045057. Aplicação de penalidade de multa no valor de R$2.866,46 e suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos, tendo em vista as irregularidades na execução do Contrato nº 001/2020, cujo objeto consistia na reforma e ampliação do Colégio Estadual Pedro Alves Ferreira em Bela Vista de Goiás - GO	21/09/2021	20/09/2023	Secretaria de Estado da Educação
10	08.654.983/0001-91	CONSTRUTORA SERRA DOURADA LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Processo Administrativo Comum - 202000006055838 - Portaria 3856/2020 - SEDUC: Aplicação de multa e suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com Administração Pública, pelo período de 02 (dois) anos (Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 025/2020, item 11.2.3. Processo SEI 202000006055838.	29/09/2021	29/09/2023	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
11	18.905.544/0001-68	DAMASCO CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Autos proc. SEI nº 202100006008299. Anotação da penalidade multa e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, pelo prazo de 02 (dois) anos.	21/09/2022	20/09/2024	Secretaria de Estado da Educação
12	15.615.435/0001-18	Forte Serviços e Construções Ltda	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202000006050229 - Aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois), tendo em vista a não execução do Contrato nº 020/2020, referente a reforma e ampliação do Centro de Educação em Período Integral Dom Veloso, no município de Itumbiara - Goiás.	06/04/2022	05/04/2024	Secretaria de Estado da Educação
13	12.599.487/0002-30	UP SERVICE COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	Suspensão Temporária	Trata-se os autos do processo administrativo de apuração de responsabilidade em desfavor da pessoa jurídica, realizado pelo Conselho Regional de Educação Professor José Rildo Felipe, que culminou na rescisão do Contrato 001/2021 (000020043469) e aplicação de penalidades, referente a reforma e ampliação no Colégio Estadual Dr. Francisco Accioli em Pires do Rio-GO. - processo principal n° 202100006013888, conforme teor do Relatório (000024468421) e Despacho Decisório (000024533283).	16/03/2022	16/03/2024	Secretaria de Estado da Educação

14	16.676.075/0001-27	L & A TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME	Impedimento	Portaria n° 967/2020 – UEG - Processo Administrativo Sancionador por descumprimento Contratual: Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com base na Cláusula Cláusula Décima Segunda, Parágrafo Terceiro do Contrato n° 001/2017. Proc. SEI nº 202000020008623.	05/08/2021	05/08/2023	Universidade Estadual de Goiás - UEG
15	16.370.334/0001-97	W3 NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME	Suspensão Temporária	Processo Administrativo Sancionador nº 202000020014708 instaurado pela Portaria n. 1.243/2020 - UEG: Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prevista na Cláusula 14.1.3.'III' do Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2018. Processo SEI nº 202000020014708.	01/10/2021	01/10/2023	Universidade Estadual de Goiás
16	13.148.012/0001-00	MULTIMARCAS COMERCIAL LTDA	Impedimento	Processo Administrativo Sancionador (PAS) - Portaria n. 1.065/2020 - UEG: Descumprimento das cláusulas contratuais assumidas, referente ao Edital n. 95/2012, Processo Administrativo SEI n. 201200020013543. Penalidade de impedimento de licitar com a Administração Pública, pelo prazo de 4 (quatro) anos. Processo SEI nº 201600020011877.	18/03/2021	17/03/2025	Universidade Estadual de Goiás - UEG
17	236.544.491-15	LUIZ AUGUSTO NETTO COSAC	Suspensão Temporária	Sentença proferida no processo nº 34280-22.2011.4.013500 da Justiça Federal, Seção Judiciária da 4 ª Vara de Goiás: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.	03/03/2017	02/03/2027	Secretaria de Estado da Fazenda
18	538.635.267-91	Claudiocis Francisco da Silva	Suspensão Temporária	Sentença proferida de acordo com o processo nº 0007951-52.2010.8.19.0014, Ação civil de improbidade administrativa, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: Proibição de contratar com o Poder Público, de receber benefícios ou incentivos, fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI 201700005012602	26/01/2015	26/01/2025	Secretaria de Estado da Fazenda
19	02.520.829/0001-40	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Suspensão Temporária	Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado da Saúde à empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares LTDA, de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo período de 06 (seis) meses, nos termos no Processo SEI 201800010035219.	20/04/2023	19/10/2023	Secretaria de Estado da Saúde
20	33.538.240/0001-01	VERSA CONSTRUCOES LTDA	Declaração de Inidoneidade	Processo nº 202000010021480 - Aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade pelo prazo de 3 anos - Processo nº 202000010021480	30/01/2023	29/01/2026	Secretaria de Estado da Saúde
21	33.538.240/0001-01	VERSA CONSTRUCOES LTDA	Suspensão Temporária	Processo nº 202000010021480 - aplicação de penalidade de SUSPENSÃO DE CONTRATAÇÃO com todos os entes da federação por 03 (três) anos, com fundamento no Art. 87, IV, da Lei n° 8.666/1993, na Instrução Normativa n° 003/2021 e no Art. 4°, da Portaria n° 1598/2021-SES. Processo nº 202000010021480	30/01/2023	29/01/2026	Secretaria de Estado da Saúde

22	87.456.562/0031-48	JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA SA PARTICIPACOES	Impedimento	Processo SEI 201800010048778 - Aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, nos termos do Art. 156, III, §4º da nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos de nº 14.133/2021. Processo SEI 201800010048778.	04/04/2023	03/10/2024	Secretaria de Estado da Saúde
23	04.336.212/0001-03	CONSTRUTORA PERFIL LTDA	Suspensão Temporária	Autos Proc. SEI nº 202100036003088 - Aplicação da pena de suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses em desfavor da CONSTRUTORA PERFIL LTDA, conforme estabelece o inciso III, do artigo 87, combinado com o inciso II, do artigo 88, ambos da Lei 8.666/93.	16/08/2022	15/08/2024	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes
24	07.672.084/0001-59	CASE SOLUÇÕES EM TI LTDA	Suspensão Temporária	condenação da empresa CASE Soluções e Impressões de Segurança LTDA, CNPJ 07.672.084/0001-59 na penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Goiás, com fundamento nos art. 78, e parágrafo único do art. 81, da Lei 17.928/2012, c/c o art. 7º, da Lei 10.520, por prazo não superior a cinco anos, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores (CADFOR – SEAD) em razão do seu comportamento inidôneo.	17/01/2022	17/01/2025	DETRAN
25	15.480.631/0001-22	GRAFICA COR \10 EIRELLE ME	Suspensão Temporária	À vista da publicação no Diário Oficial/GO nº 23.756 do extrato da Decisão nº 3/2022 - DETRAN/AP (000028284362) bem como da intimação da empresa Gráfica Cor 10 Eireli, CNPJ nº 15.480.631/0001-22 de seu inteiro teor (000028717285), retornem-se os autos à Gerência de Compras Governamentais para providências na aplicação da penalidade de "impedimento de licitar e contratar com o Estado de Goiás, pelo prazo de três anos, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores (CADFOR – SEAD)	29/03/2022	29/03/2025	DETRAN
26	11.785.611/0001-09	WEBER SANDRO SILVA MELO	Suspensão Temporária	Decisão em desfavor a empresa WEBER SANDRO SILVA MELO – ME, CNPJ nº 11.785.611/0001-09, impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás, com fundamento nos art. 78, e parágrafo único do art. 81, da Lei 17.928/2012, c/c o art. 7º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de três anos; ainda o pagamento de multa de mora no limite de 0.3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não cumprido. PROC. SEI 201800025048744	11/03/2022	11/03/2025	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
27	25.316.437/0001-60	PREMIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Autos dos processos administrativos nº 702/2018 e nº 201800055000111 - aplicação de penalidade de suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a administração estadual, pelo prazo de 9 (nove) meses à pessoa jurídica PREMIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº25.316.437/0001-60.	19/01/2023	18/10/2023	Indústria Química do Estado de Goiás
28	00.277.064/0001-34	M SANTA PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI-ME	Suspensão Temporária	Autos Proc. SEI nº 202200047002567. Aplicação da penalidade de proibição de participação em procedimentos licitatórios no Estado de Goiás, pelo período de 02 (dois) anos, imposta pelo TCE-GO, conforme Acórdão nº 18/2021, tendo em vista irregularidades identificadas em face do Pregão nº 020/2018 - EMATER	11/11/2021	10/11/2023	Tribunal de Contas do Estado de Goiás

29	11.677.983/0001-11	PUJOL SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA EPP	Impedimento	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 2022004706 - ALEGO. Aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com Estado de Goiás, pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), com fundamento na Cláusula nona do Contrato c/c art. 7°, da Lei 10.520/2002, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própriaautoridade que aplicou a penalidade. PROCESSO SEI nº 202300005003799.	09/01/2023	08/01/2025	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
30	69.386.167/0001-39	TRANS-SERVICE LOCADORA TRANSPORTE E SERVICOS LTDA	Suspensão Temporária	Registro de penalidade aplicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG à empresa TRANS-SERVICE LOCADORA TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI-ME (nome atual: TRANS-SERVICE LOCADORA TRANSPORTE E SERVICOS LTDA), de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos no Processo SEI 202210267000867.	21/03/2023	20/03/2025	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
31	018.281.551-01	ANNE KAROLINNE FAGUNDES DIAS	Suspensão Temporária	Processo 0025111-45.2010.4.01.3500. Poder judiciário Justiça Federal Seção Judiciaria do Estado de Goiás Sexta Vara.Ação civil publica de improbidade administrativa. Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 10 anos.	19/11/2014	19/11/2024	Proc. Ger. Justiça - MPGO
32	493.013.141-34	NILVANDO MARTINS DE FARIA	Suspensão Temporária	Processo nº 201202279281 - Tramitado na Vara das Fazendas Pub. Reg. Pub. Amb. e 2º Cível da Comarca de Niquelândia - Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa: Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos. Processo SEI nº 201800001002799.	07/10/2015	07/10/2025	Ministério Público do Estado de Goiás
33	283.240.211-91	ORLANDI FERREIRA DE OLIVEIRA	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 201200558752: Proibição de receber quaisquer espécie de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900001005163.	17/09/2014	17/09/2024	Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Comarca de Israelândia
34	071.373.621-68	HYLO MARQUES PEREIRA	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo 355452-65.2000.8.09.0172 (200003554524): Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que, por intermédio de pessoa jurídica da qual sócio majoritário por um período de 05 (cinco) anos. Processo SEI nº 201900001004443.	25/03/2019	25/03/2024	Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Santa Terezinha de Goiás
35	045.640.001-00	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0219438.47.2014.8.09.0087 (201402194387): Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica do qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI 201900003010449.	10/07/2019	09/07/2029	Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Itumbiara - 2ª Vara Cível e Fazenda Pub. Estadual

36	251.895.811-87	Vivaldo Pinheiro Guimarães	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0154615-90.2005.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Processo SEI 202000050038 56.	14/09/2018	13/09/2023	Tribunal de Justiça - Go/5ª Vara de Fazenda Pública Estadual/Comarca de Goiânia
37	341.495.381-15	João Bento Lobo	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0043878.34.2000.8.09.0006: Proibição do reú contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou crediticios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica de qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202000047000922.	17/10/2014	17/10/2024	Tribunal de Justiça - Go / Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Anápolis/GO
38	011.089.481-20	Gil Alberto Resende e Silva	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0117756.512000.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900003012502.	27/11/2018	26/11/2028	Poder Judiciário - 6ª VFPE - Comarca de Goiânia
39	10.572.046/0001-39	GENAINE APARECIDA ELIAS - ME	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0264207-82.2014.8.09.0074: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 03 (três) anos. Processo SEI nº 202100003006937.	25/09/2020	24/09/2023	Poder Judiciário - 2ª Vara Cível Criminal, das Faz. Públicas, de Reg. Púb. e Ambiental - Comarca de Ipameri
40	842.733.641-15	DANIELA VAZ CARNEIRO	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0264207-82.2014.8.09.0074: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 03 (três) anos. Processo SEI nº 202100003006937.	25/09/2020	24/09/2023	Poder Judiciário - 2ª. Vara Cível - Criminal , Faz. Pub. Reg.,Pub. e Amb.. - Comarca de Ipameri
41	939.945.161-53	IRAÍDES DAS GRAÇAS DE DEUS	Suspensão Temporária	"Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos" conforme Ofício nº 366/2021 constante do Proc. SEI 202100013002304.	29/08/2018	29/08/2023	Secretaria de Estado da Administração
42	069.041.571-00	Valdemar Zaiden Sobrinho	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0117756.512000.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900003012502.	27/11/2018	26/11/2028	Poder Judiciário - 6ª VFPE - Comarca de Goiânia
43	893.080.691-00	JOICE PEREIRA AZEVEDO	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, Processo nº 0159966.97.2012.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202000047001605.	17/07/2018	16/07/2028	Poder Judiciário - Comarca de Goiânia - 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual

44	101.354.051-49	Ione Alves de Oliveira	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0117756.512000.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900003012502.	27/11/2018	26/11/2028	Poder Judiciário - 6ª VFPE - Comarca de Goiânia
45	193.352.371-91	OSMAR PIRES MARTINS JÚNIOR	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0154615-90.2005.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Processo SEI 202000005003856.	14/09/2018	13/09/2023	Tribunal de Justiça - Go/5ª Vara da Fazenda Pública/Comarca de Goiânia
46	792.983.031-49	Fabrício Silva Freitas	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0154615-90.2005.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Processo SEI 202000005003856.	14/09/2018	13/09/2023	Tribunal de Justiça - Go/5ª Vara de Fazenda Pública Estadual/Comarca de Goiânia
47	587.920.401-44	Welton Luciano Batista	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0322375.89.2016.8.09.00.15: Proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202018037001832.	06/08/2019	05/08/2029	Tribunal de Justiça - Go / Vara da Fazenda Pública - Aurilândia
48	136.760.161-49	Ademir Cardoso dos Santos	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo n º 0469657.82.2009.8.09.0143: Proibicão em contratar com o Poder Público, receber benefícios e incentivos fiscais e creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos. Processo SEI nº 202000005008652.	06/08/2019	05/08/2024	Poder Judiciário - Comarca de São Miguel do Araguaia - Vara das Fazendas Públicas
49	711.762.411-68	Geová Rosa Cardoso	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0225501.41.2012.8.09.0093: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 10 anos. Processo SEI 202000005024400.	11/02/2020	10/02/2030	Poder Judiciário - 2ª. Vara Cível - Faz. Pub. Reg.,Pub. e Amb.. - Comarca de Jataí
50	817.551.711-53	Rafael de Castro Santos	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo 153/2016-201602275259: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco (5) anos. Processo SEI nº 201900003009051.	01/08/2019	30/08/2024	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Comarca de Bela Vista de Goiás

51	235.822.541-00	CARLOS ANTÔNIO ELIAS	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, Processo nº 0159966.97.2012.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202000047001605.	17/07/2018	16/07/2028	Poder Judiciário - Comarca de Goiânia - 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual
52	854.488.691-49	Juliana Naciff Lobo Resende	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0455072-05.2012.8.09.0051, condenação nas penas previstas no artigo 12, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.429/92: Proibição de contratar com o Poder Público, ou receber benefícios e incentivos fiscais ou de crédito, direta ou indiretamente, pelo prazo de 10 (DEZ) anos. Processo SEI nº 202000047002233.	03/06/2019	02/06/2029	Poder Judiciário - Comarca de Goiânia - 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual
53	043.015.791-68	Isaias Carlos da Silva	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0117756.512000.8.09.0051: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900003012502.	27/11/2018	26/11/2028	Poder Judiciário - 6ª VFPE - Comarca de Goiânia
54	797.513.341-87	Vanderson Barbosa de Melo	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0225501.41.2012.8.09.0093: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 10 anos. Processo SEI 202000005024400.	11/02/2020	10/02/2030	Poder Judiciário - 2ª. Vara Cível - Faz. Pub. Reg.,Pub. e Amb.. - Comarca de Jataí
55	129.995.981-49	Delúbio Soares de Castro	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0357018-48.2005.8.09.0051 - 6ª VFPE (Antiga 3ª VFPE/Juiz 2) do Poder Judiciário do Estado de Goiás: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202011867001742.	11/06/2014	10/06/2024	6ª VFPE (Antiga 3ª VFPE/Juiz 2) do Poder Judiciário do Estado de Goiás
56	546.343.261-91	Valéria Rocha Almeida Miranda	Suspensão Temporária	foi condenada com a sanção de proibição de contratação com o Poder Público e de recebimento de incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica, pelo prazo de 10(dez) anos. Processo SEI 202211867000504	14/03/2021	14/03/2031	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
57	611.996.721-49	ANTÔNIO FILHO PEREIRA SILVA	Suspensão Temporária	ANTÔNIO FILHO PEREIRA SILVA, CPF/ME nº 611.996.721-49, por ato de improbidade administrativa, com o consequente ressarcimento do dano causado ao erário e a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Processo SEI 202200003008824	30/06/2021	30/06/2026	JUSTIÇA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FORMOSA

58	212.921.161-53	Daves Soares da Silva	Suspensão Temporária	Autos do Proc. Judicial nº 0237790-30.2012.8.09.0085 / Executado Daves Soares da Silva, condenado a pagar multa civil e proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Autos Proc. SEI 202218037004725.	13/05/2022	12/05/2027	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
59	521.091.271-04	Joanir Ferreira do Nascimento	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Proc.: 0338649-44.2011.8.09.0132: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de dez anos. Proc. SEI nº 202118037005097.	01/12/2014	01/12/2024	Tribunal de Justiça - Escrivania das Fazendas Públicas e 2ª Cível da Comarca de Posse
60	37.659.216/0001-73	DMH EQUIP.MED.HOSP.LAB. LTDA	Suspensão Temporária	trata do cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0005350-73.2011.4.01.3506 à proibição de contratar com o Poder Público ou receber beneficios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio(a) majoritário(a), pelo prazo de 05 (cinco) anos Processo SEI 202200003008824	30/07/2021	30/07/2026	JUSTIÇA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FORMOSA
61	789.843.001-87	Maria do Carmo Ribeiro Martins	Impedimento	Autos do Processo Judicial nº 5506512-48.2017.8.09.0028 - Proibição da executada de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos. (Autos Proc. SEI Nº 202200003011412).	26/02/2021	25/02/2026	Vara das Fazendas Públicas da Comarca de Ceres/GO
62	160.647.711-00	ABECOLOM RIBEIRO DE MOURA	Suspensão Temporária	Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa, proposta pelo Ministério Público Federal, com trânsito em julgado. ABECOLOM RIBEIRO DE MOURA, CPF/ME nº 160.647.711-00, por ato de improbidade administrativa, com o consequente ressarcimento do dano causado ao erário e a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 5 (cinco) anos, período compreendido de 30 de julho de 2021 a 30 de julho de 2026	30/07/2021	30/07/2026	JUSTIÇA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FORMOSA
63	494.121.161-87	Cláudio Henrique da Silva Morais	Suspensão Temporária	Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa - Proc. 0041911-56.2013.8.09.0051 - Poder Judiciário - 4ª VFPE - Comarca de Goiânia: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa Jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Proc. SEI 202100047000116.	21/07/2020	20/07/2030	Poder Judiciário - 4ª VFPE - Comarca de Goiânia
64	387.398.951-49	PATRÍCIA D'ABADIA DE OLIVEIRA	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0265513-87.2015.8.09.0127: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202100047000694.	25/05/2020	24/05/2030	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - ESCRIVANIA DAS FAZENDAS PÚBLICAS, REG. PÚBLICOS E 2º DO CÍVEL - COMARCA DE PIRES DO RIO - GO

65	416.306.961-53	WALDIR GUALBERTO DE BRITO	Suspensão Temporária	trata do cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0005350-73.2011.4.01.3506 à proibição de contratar com o Poder Público ou receber beneficios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio(a) majoritário(a), pelo prazo de 05 (cinco) anos Processo SEI 202200003008824	30/07/2021	30/07/2026	JUSTIÇA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FORMOSA
66	244.926.201-68	Luciano Bento Pedroso	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0309392-96.2006.8.09.0051: Suspensão dos direitos políticos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 08 (oito) anos, mantendo a perda da função pública porventura atualmente ocupada. Proc.: SEI nº 202118037003757.	02/04/2019	02/04/2027	Poder Judiciário - Comarca de Goiânia - 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal
67	167.684.931-91	LUIZ EDUARDO PITALUGA DA CUNHA	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0265513-87.2015.8.09.0127: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202100047000694.	25/05/2020	24/05/2030	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - ESCRIVANIA DAS FAZENDAS PÚBLICAS, REG. PÚBLICOS E 2º DO CÍVEL - COMARCA DE PIRES DO RIO - GO
68	014.759.179-10	Raimunda Vieira de Moura	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Proc.: 0338649-44.2011.8.09.0132: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de dez anos. Proc. SEI nº 202118037005097.	01/12/2014	01/12/2024	Tribunal de Justiça - Escrivania das Fazendas Públicas e 2ª Cível da Comarca de Posse
69	041.948.021-87	Manoel de Mora Sales	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Proc.: 0338649-44.2011.8.09.0132: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. Proc. SEI nº 202118037005097.	01/12/2014	01/12/2024	Tribunal de Justiça - Escrivania das Fazendas Públicas e 2ª Cível da Comarca de Posse
70	116.238.101-91	Noeme Diná Silva	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0357018-48.2005.8.09.0051 - 6ª VFPE (Antiga 3ª VFPE/Juiz 2) do Poder Judiciário: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202011867001742.	11/06/2014	10/06/2024	6ª VFPE (Antiga 3ª VFPE/Juiz 2) do Poder Judiciário do Estado de Goiás
71	147.591.791-00	RAIMUNDA VIEIRA DE MOURA	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Proc.: 0338649-44.2011.8.09.0132: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos. Proc. SEI nº 202218037002489.	01/12/2014	01/12/2024	Ministério Público - Posse Go

72	718.812.201-68	LUCIANA ALVES MENDANHA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
73	29.455.014/0001-81	I 9 TECNOLOGIA E SERVICOS - SCP NESTOR	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/02/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
74	623.959.981-68	FLAMARION FERREIRA DE ARAÚJO	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DAS FUNÇÕES RELACIONADAS A ATIVIDADES QUE ENVOLVAM LICITAÇÕES OU DE QUALQUER OUTRA CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, ATÉ O TERMINO DAS INVESTIGAÇÕES COM O OFERECIMENTO OU NÃO DA DENÚNCIA. PROCESSO SEI 202200007005992	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
75	886.099.601-53	GERMINO ALEXANDRE DE OLIVEIRA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA, DAS FUNÇÕES RELACIONADAS A ATIVIDADES QUE ENVOLVAM LICITAÇÕES OU DE QUALQUER OUTRA CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, ATÉ O TERMINO DAS INVESTIGAÇÕES COM O OFERECIMENTO OU NÃO DE DENÚNCIA. PROCESSO SEI 202200007005992	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
76	29.913.263/0001-73	I9 TECNOLOGIA E SERVICOS SCP	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
77	595.010.571-00	EDUARDO SANDRO MENDANHA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
78	19.108.740/0001-74	CONFIANÇA SOLUÇÕES EIRELI EPP	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
79	919.693.791-20	RICARDO SALGADO	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DAS FUNÇÕES RELACIONADAS A ATIVIDADES QUE ENVOLVAM LICITAÇÕES OU DE QUALQUER OUTRA CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, ATÉ O TERMINO DAS INVESTIGAÇÕES COM O OFERECIMENTO OU NÃO DA DENÚNCIA. PROCESSO SEI 202200007005992	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

80	532.330.851-68	JARDEL MOTA MARINHO	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DAS FUNÇÕES RELACIONADAS A ATIVIDADES QUE ENVOLVAM LICITAÇÕES OU DE QUALQUER OUTRA CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, ATÉ O TERMINO DAS INVESTIGAÇÕES COM O OFERECIMENTO OU NÃO DA DENÚNCIA. PROCESSO SEI 202200007005992	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
81	004.033.221-70	EDUARDO TOLENTINO CALDEIRA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DAS FUNÇÕES RELACIONADAS A ATIVIDADES QUE ENVOLVAM LICITAÇÕES OU DE QUALQUER OUTRA CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, ATÉ O TERMINO DAS INVESTIGAÇÕES COM O OFERECIMENTO OU NÃO DA DENÚNCIA. PROCESSO SEI 202200007005992	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
82	974.033.501-20	CÁSSIO OLIVEIRA CAMILO	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DAS FUNÇÕES RELACIONADAS A ATIVIDADES QUE ENVOLVAM LICITAÇÕES OU DE QUALQUER OUTRA CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO, ATÉ O TERMINO DAS INVESTIGAÇÕES COM O OFERECIMENTO OU NÃO DA DENÚNCIA. PROCESSO SEI 202200007005992	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
83	044.810.129-78	ARNALDO RÚBIO NETO	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
84	13.484.022/0001-16	I 9 TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/02/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
85	716.277.231-53	DÉBORA QUEIROZ DE CAMARGO ROSA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
86	988.914.051-91	MARIANA DE SENNA NOGUEIRA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/01/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES
87	26.769.038/0001-17	ASTR SERVICOS LTDA	Suspensão Temporária	SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA OU FINANCEIRA SOMENTE COM RELAÇÃO A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS POR PRAZO INDETERMINADO. PROCESSO SEI 202200007005992.	27/01/2022	27/02/2042	2ª VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

88	08.188.158/0001-49	HOMINUS GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA	Suspensão Temporária	Portaria Administrativa n.º 306/2019 - IPASGO - Processo Administrativo Disciplinar 201900022095913: Aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, a teor do disposto no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93. Proc.: SEI nº 201900022095913.	12/08/2021	12/08/2023	Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás - Ipasgo
89	14.467.292/0001-81	TRUE CHANGE TECNOLOGIA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI n.º 202000022034363 - penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração pública do estado de Goiás, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme item 12.1 do Contrato de nº 004/2018 (000022469489 - pgs. 166- 190) e art. 81, III, da Lei 17.928/12, à empresa True Change Tecnologia LTDA, aplicada pelo IPASGO.	05/04/2023	04/04/2025	Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (IPASGO)
90	37.887.759/0003-00	SAMPATRICIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Declaração de Inidoneidade	De acordo com o processo nº 5001466-51.2013.404.71.09 e Ofício nº 61/2013-OP.PL.31-S/CV-RENOV foi decreta a sanção de suspensão imediata do direito de contratar com o Poder Público, bem como todas as sociedades, consórcios, parcerias, convênios e associações das quais sejam sócios.	28/10/2013	28/10/2023	Procuradoria Geral do Estado
91	477.478.626-87	HELIO JOSE REIS DE ALMEIDA MAGALHAES	Suspensão Temporária	Processo 38745-74.2011.4.01.3500/7300. Poder Judiciário, Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Goiás, 9ª Vara. Proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos, contados da data do trânsito em julgado, 23.10.2014.	23/10/2014	23/10/2024	Procuradoria Geral do Estado
92	821.474.260-91	JULIANO PATTA	Declaração de Inidoneidade	De acordo com o processo nº 5001466-51.2013.404.71.09 e Ofício nº 61/2013-OP.PL.31-S/CV-RENOV foi decreta a sanção de suspensão imediata do direito de contratar com o Poder Público, bem como todas as sociedades, consórcios, parcerias, convênios e associações das quais sejam sócios.	28/10/2013	28/10/2023	Procuradoria Geral do Estado
93	167.098.530-04	GERMANO SEVERO DORNELLES PATTA	Declaração de Inidoneidade	De acordo com o processo nº 5001466-51.2013.404.71.09 e Ofício nº 61/2013-OP.PL.31-S/CV-RENOV foi decreta a sanção de suspensão imediata do direito de contratar com o Poder Público, bem como todas as sociedades, consórcios, parcerias, convênios e associações das quais sejam sócios.	28/10/2013	28/10/2023	Procuradoria Geral do Estado
94	02.881.921/0001-36	FERREIRA SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRANSPORTES E COMÉRCIO DE PETROLEO LTDA - ME	Suspensão Temporária	Ofício nº 0251/2016 - GABIN/DRF-ANÁPOLIS/GO. Em cumprimento ao previsto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, bem como a alínea "a" do inciso I do art.47 da Lei nº 8.212, de 1991 e considerando a ausência de Certidão Negativa de Débitos CND atualizada. Está regularização é valida até a regularização da situação da referida empresa perante a Receita Federal.	31/08/2016	31/08/2026	Procuradoria Geral do Estado
95	04.244.363/0002-04	Real Distribuição Ltda	Suspensão Temporária	Ofício nº 0234/2016-GABIN/DRF-ANÁPOLIS/GO. Em cumprimento ao previsto no § 3º do art.195 da Constituição Federal, bem como a alínea "a" do inciso I da art. 47 da Lei nº 8.212, de 1991 e considerando a ausência de Certidão Negativa de Débitos CND atualizada, a Delagacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis nos informa o impedimento da empresa de contratar com o Poder Público e dele receber beneficios ou incentivos fiscais ou creditícios.	21/10/2016	21/10/2026	Procuradoria Geral do Estado

96	02.269.205/0001-00	COMERCIAL DE ALIMENTOS ITAMAR LTDA	Suspensão Temporária	Ofício nº 0239/2016-GABIN/DRF-ANÁPOLIS/GO. Em cumprimento ao previsto no § 3º do art.195 da Constituição Federal, bem como a alínea "a" do inciso I da art. 47 da Lei nº 8.212, de 1991 e considerando a ausência de Certidão Negativa de Débitos CND atualizada, a Delagacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis nos informa o impedimento da empresa de contratar com o Poder Público e dele receber beneficios ou incentivos fiscais ou creditícios.	21/10/2016	21/10/2026	Procuradoria Geral do Estado
97	011.677.601-31	GEUSIANE ALVES BASTOS	Suspensão Temporária	Sentença emitida no Processo 0025111-45.2010.4.01.3500 do Poder Judiciário, Justiça Federal, Sexta Vara. Encaminhado através do ofício nº 5977/2016 - PR-GO. A sentença relata Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 10 (dez) anos a contar do trânsito em julgado.	19/11/2014	19/11/2024	Procuradoria Geral de Justiça - Ministério Público do Estado de Goiás
98	092.820.001-98	Conservo Brasília serviços técnicos ltda	Declaração de Inidoneidade	processo 00190.031401/2008-48 - Ofício-Circular nº 277/2008, processo instaurado na Controladoria Geral da União, publicada no diario oficial da unicao aos 22/10/2008, seção 1, p.5.	21/10/2008	21/10/2028	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
99	02.731.495/0001-54	CONSERVO BRASILIA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA	Declaração de Inidoneidade	processo 00190.031401/2008-48 - Ofício-Circular nº 277/2008, processo instaurado na Controladoria Geral da União, publicada no diario oficial da unicao aos 22/10/2008, seção 1, p.5.	21/10/2008	21/10/2028	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
100	05.288.260/0001-28	Expresso 21.com ltda	Declaração de Inidoneidade	(nº 57) processo 00190.031401/2008-48 - Ofício-Circular nº 277/2008, processo instaurado na Controladoria Geral da União, publicada no diario oficial da uniao aos 22/10/2008, seção 1, p.5.	21/10/2008	21/10/2028	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
101	969.932.601-82	Paula do Amaral Santos	Suspensão Temporária	Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Comarca de Caldas Novas, Protocolo nº 237591-55.2016.8.09.0024 em que é comunicada a aplicação das medidas cautelares dispostas no artigo 319,VI, do Código de Processo Penal nos termos ali especificados: Requer cautelarmente a decretação da proibição de participar de procedimentos licitatórios com os entes públicos, até ulterior deliberação.	13/09/2016	13/09/2026	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
102	964.379.101-78	Leonardo Martins Cavalcante	Suspensão Temporária	Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Comarca de Caldas Novas, Protocolo nº 237591-55.2016.8.09.0024 em que é comunicada a aplicação das medidas cautelares dispostas no artigo 319,VI, do Código de Processo Penal nos termos ali especificados: Requer cautelarmente a decretação da proibição de participar de procedimentos licitatórios com os entes públicos, até ulterior deliberação.	13/09/2016	13/09/2026	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
103	982.249.801-20	Meiryellen Pinheiro de Freitas	Suspensão Temporária	Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Comarca de Caldas Novas, Protocolo nº 237591-55.2016.8.09.0024 em que é comunicada a aplicação das medidas cautelares dispostas no artigo 319,VI, do Código de Processo Penal nos termos ali especificados: Requer cautelarmente a decretação da proibição de participar de procedimentos licitatórios com os entes públicos, até ulterior deliberação.	13/09/2016	13/09/2026	Tribunal de Contas do Estado de Goiás

104	07.210.160/0001-04	FLIP SERVIÇOS E EVENTOS EIRELI - EPP	Declaração de Inidoneidade	De acordo com o processo nº. 201500047000498 e o Acórdão nº. 1813 de 06/06/2018: Declaração de inidoneidade de licitar com a Adm. Pública estadual, pelo período de 05 (cinco) anos. Processos SEI nº 201811867001741 e 201800001003110. Retificação do período da penalidade da sanção-Processo SEI 201811867001741-Ofício nº 0993 SERV-PÚBLICA/19.	17/05/2019	17/05/2024	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
105	577.337.161-87	MIRIA DE SOUZA VIDAL	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa que sancionou a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos, conf. SEI 202100047003227.	20/08/2021	20/08/2024	COMARCA DE SÃO BERNARDO
106	454.074.791-68	LUCIMAR CARDOSO DA SILVA	Suspensão Temporária	RESSARCIMENTO SOLIDÁRIO INTEGRAL DO DANO NO VALOR DE R$ 17.974,00 COM CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS, PRIMEIRA CITAÇÃO; PAGAMENTO DE MULTA CÍVEL CORRESPONDENTE AO DANO CAUSADO AO ERÁRIO; PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO, PELO PRAZO DE 5 ANOS, PROC. SEI 202200047000434.	19/10/2018	19/10/2023	Tribunal de Justiça de Goiás - Comarca de Iporá
107	227.935.851-49	JOÃO PEREIRA BASTOS	Suspensão Temporária	RESSARCIMENTO SOLIDÁRIO INTEGRAL DO DANO NO VALOR DE R$ 17.974,00 COM CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS, PRIMEIRA CITAÇÃO; PAGAMENTO DE MULTA CÍVEL CORRESPONDENTE AO DANO CAUSADO AO ERÁRIO; PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO, PELO PRAZO DE 5 ANOS, PROC. SEI 202200047000434.	19/10/2018	19/10/2023	Tribunal de Justiça de Goiás - Comarca de Iporá
108	122.621.371-53	DIVINO JOAQUIM DA SILVA	Suspensão Temporária	RESSARCIMENTO SOLIDÁRIO INTEGRAL DO DANO NO VALOR DE R$ 17.974,00 COM CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS, PRIMEIRA CITAÇÃO; PAGAMENTO DE MULTA CÍVEL CORRESPONDENTE AO DANO CAUSADO AO ERÁRIO; PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO, PELO PRAZO DE 5 ANOS, PROC. SEI 202200047000434.	19/10/2018	19/10/2023	Tribunal de Justiça de Goiás - Comarca de Iporá

109	011.577.791-15	JOÃO CARLOS BENTO SOUZA	Suspensão Temporária	Cumprimento das sanções impostas ao réu João Carlos Bento de Souza de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de interposta pessoa, pessoa jurídica ou ente despersonalizado e, se sociedade, desde que sejam sócios majoritários, pelo prazo de 05 (cinco) anos. Decisão encaminhada àquele Tribunal de Contas pelo Ofício nº 43/2022 (SEI 000028591101) DOC SEI 202200047000725.	10/03/2022	10/03/2027	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
110	911.794.321-34	ELIUDE GOMES	Suspensão Temporária	ELIÚDE GOMES, por ato de improbidade administrativa, com a consequente perda das funções públicas que eventualmente exerça, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 anos, e também ao ressarcimento integral do dano, na forma que especifica. Proc SEI 202200003011408 ACP nº 5506361-82.2017.8.09.0028	21/10/2020	21/10/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
111	062.991.301-30	VALDIR INACIO DO PRADO	Suspensão Temporária	Penalidade(Suspensão Temporária): Processo sei (202200047001551)proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoas jurídicas da qual seja o mesmo sócio majoritário, no período de 03 (três) anos, conforme decisão anexa que transitou em julgado em 21/07/2021	21/07/2021	21/07/2024	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Comarca de Buriti Alegre/GO - Vara das Fazendas Públicas
112	532.713.866-68	GERALDO LEMOS SCARULLES	Suspensão Temporária	Cumprimento das sanções impostas ao réu Geraldo Lemos Scarulls de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de interposta pessoa, pessoa jurídica ou ente despersonalizado e, se sociedade, desde que sejam sócios majoritários, pelo prazo de 05 (cinco) anos. Decisão encaminhada àquele Tribunal de Contas pelo Ofício nº 43/2022 (SEI 000028591101) DOC SEI 202200047000725.	10/03/2022	10/03/2027	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
113	02.140.255/0001-85	CONSTRUTORA RIO CLARO	Suspensão Temporária	RESSARCIMENTO SOLIDÁRIO INTEGRAL DO DANO NO VALOR DE R$ 17.974,00 COM CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS, PRIMEIRA CITAÇÃO; PAGAMENTO DE MULTA CÍVEL CORRESPONDENTE AO DANO CAUSADO AO ERÁRIO; PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO, PELO PRAZO DE 5 ANOS, PROC. SEI 202200047000434.	19/10/2018	19/10/2023	Tribunal de Justiça de Goiás - Comarca de Iporá
114	591.296.201-63	HELICIO DA SILVA PINTO	Suspensão Temporária	De acordo com o processo nº 286988-23.2013.8.09.0175 que consiste na proibição de contratar com o Poder Público, cujo prazo deve prevalecer enquanto remanecer o motivo de sua declaração.	13/11/2013	13/11/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

115	361.324.541-87	JORGE LUIS RODRIGUES DE SIQUEIRA	Suspensão Temporária	De acordo com o processo nº 286988-23.2013.8.09.0175 que consiste na proibição de contratar com o Poder Público, cujo prazo deve prevalecer enquanto remanecer o motivo de sua declaração.	13/11/2013	13/11/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
116	043.870.041-42	antonio carlos sousa	Suspensão Temporária	processo 286988-23.2013.8.09.0175. proibição de contratar com o poder publico, cujo prazo deve prevalecer enquanto remanescer o motivo de sua declaração.	13/11/2013	13/11/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
117	166.298.091-49	CELESTE DIVINA ALVES TEIXEIRA	Suspensão Temporária	Processo 112726.09.2009.8.09.0087 (200901127269). Poder Judiciário. Comarca de Itumbiara. Ação civil publica. Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa judicial da qual seja socio majoritario, pelo prazo de 10 anos.	30/10/2013	30/10/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
118	252.890.981-00	JOSÉ BATISTA GOMIDES	Suspensão Temporária	Processo 200504098505. Poder Judiciário. Comarca de Carmo do Rio Verde. Ação civil pública c c Ato de improbidade administrativa. Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos.	04/09/2014	04/09/2024	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
119	088.492.931-00	GILSON ROBER DA SILVA FLEURY	Suspensão Temporária	De acordo com o processo nº 286988-23.2013.8.09.0175 que consiste na proibição de contratar com o Poder Público, cujo prazo deve prevalecer enquanto remanecer o motivo de sua declaração.	13/11/2013	13/11/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
120	366.499.296-20	FERNANDO JOSE DE ANDRADE	Suspensão Temporária	Processo 369108-04.2010.8.09.0087. Proibido de contratar com o Poder Púbico ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 10 anos, a partir de decisão monocrática em 08/10/2013.	08/10/2013	08/10/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
121	877.632.221-15	Eduardo Martins Cavalcante	Suspensão Temporária	Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Comarca de Caldas Novas, Protocolo nº 237591-55.2016.8.09.0024 em que é comunicada a aplicação das medidas cautelares dispostas no artigo 319,VI, do Código de Processo Penal nos termos ali especificados: Requer cautelarmente a decretação da proibição de participar de procedimentos licitatórios com os entes públicos, até ulterior deliberação.	13/09/2016	13/09/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
122	426.309.751-34	ELAINE MATIAS DUTRA GOMES	Suspensão Temporária	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios públicos por dez ano Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Comarca de Rialma Processo nº199902382020	18/08/2015	17/08/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
123	374.241.901-30	Daniel Martins Mariano	Suspensão Temporária	Ação Cível pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0175886-02.2016.8.09.0042: multa cível no valor de 30.000,00 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. PROC. SEI Nº 202100047002980.	23/04/2021	23/04/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Comarca de fazenda Nova/GO - Escrivania Criminal e das Fazendas Públicas

124	062.991.301-30	VALDIR INACIO DO PRADO	Suspensão Temporária	Processo sei (202218037003262)proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoas jurídicas da qual seja o mesmo sócio majoritário, no período de 03 (três) anos, conforme decisão anexa que transitou em julgado em 21/07/2021	21/07/2021	21/07/2024	Tribunal de justiça do estado de Goiás
125	224.287.551-53	JOSÉ PEREIRA SOARES	Suspensão Temporária	Autos do Processo nº 1003136-55.2021.4.01.3502 / Autos do Processo SEI nº 202200047003449 - Anotação das sanções de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos.	13/03/2019	12/03/2024	1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Anápolis/ GO
126	324.509.311-04	DEMILSON LIMA	Suspensão Temporária	PROCESSO JUDICIAL nº 0194246-79.2002.8.09.0137 - Aplicação de penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 5 (cinco) anos. - PROCESSO SEI nº 202218037006985.	26/03/2020	25/03/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
127	032.153.031-40	Mayla Cardoso da Silva	Suspensão Temporária	Autos Processo SEI nº202200047003116 - Anotação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 03 (três) anos, nos termos dos Autos Processo Judicial nº 5178826-03.2018.8.09.0164	30/05/2022	29/05/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
128	753.079.521-04	Vinicius do Prado	Suspensão Temporária	PROCESSO JUDICIAL nº 5633455-64.2022.8.09.0019 - Aplicação de penalidade de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de 05 (cinco) anos - PROCESSO SEI nº 202200013002690.	07/12/2022	06/12/2027	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
129	116.238.101-91	Noeme Diná Silva	Suspensão Temporária	Processo sei (202200005006603)1) Ressarcimento, no valor de R$ 164.695,51, devidamente corrigido; 2) Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 (oito) anos; 3) Pagamento de multa civil no valor de 6 (seis) salários de profess (Delúbio e Noeme); 4) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos;	12/04/2022	12/04/2032	Tribunal de justiça do estado de Goiás
130	265.001.081-91	DAVI PINTO DE OLIVEIRA	Suspensão Temporária	Condenação em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, em desfavor de DAVI PINTO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 265.001.081-91, a) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 3 (três) anos; e b) pagamento de multa civil, Pro Processo nº 0001546-70.2015.4.01.3502, e SEI 202200003011002	25/05/2021	24/05/2024	SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ANÁPOLIS/GO JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL

131	014.723.291-04	Elias Jose Fernandes Neto	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200047003287 - Aplicação de penalidade de proibição de contratação com o Poder Público e proibição de recebimento de incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 03 (três) anos, conforme acordo de não persecução cível homologado (Processo nº 56887329020228090140).	14/03/2023	13/03/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
132	509.130.181-04	Luciano Alves Custódio	Suspensão Temporária	Autos do proc. judicial nº 0209475-84.2014.8.09.0064 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos. Autos SEI nº 202218037005127	26/08/2020	25/08/2023	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
133	739.023.731-72	Vivian de Almeida Vieira	Suspensão Temporária	Autos proc. SEI nº 202200047002839 - Proibição de contratação com o Poder Público e a proibição de receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.	19/07/2019	18/07/2029	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
134	756.317.256-49	RAMON SEVERINO DA SILVA	Suspensão Temporária	PROCESSO JUDICIAL nº 0194246-79.2002.8.09.0137 - Aplicação de penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 5 (cinco) anos. - PROCESSO SEI nº 202218037006985.	26/03/2020	25/03/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
135	845.989.301-44	Alex José Batista	Suspensão Temporária	Processo judicial n. 0024448-19.2014.8.09.0164 e Processos SEI n. 202300047000295 e 202311867000176, onde foi aplicada ao sr. Alex José Batista, a penalidade de proibição de contratar com o poder público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos.	24/03/2022	23/03/2025	Escrivania das Fazendas Públicas, Registros Públicos Ambiental e 2º Cível da Comarca de Cidade Ocidental/GO
136	006.149.451-86	Carlos Eduardo Ramos Rodrigues	Suspensão Temporária	Processo judicial n. 0024448-19.2014.8.09.0164 e Processos SEI n. 202300047000295 e 202311867000176, onde foi aplicada ao sr. Carlos Eduardo Ramos Rodrigues, a penalidade de proibição de contratar com o poder público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos.	24/03/2022	23/03/2025	Escrivania das Fazendas Públicas, Registros Públicos Ambiental e 2ª Cível da Comarca da Cidade Ocidental - GO
137	097.768.851-87	Iraci Antonio Davi	Impedimento	Processo SEI 202300003009353 - Aplicação da penalidade de à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Autos do processo judicial nº 0269277-22.2002.8.09.0003.	04/12/2019	03/12/2024	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

138	101.694.661-91	SEBASTIAO ALVES DE OLIVEIRA	Impedimento	Processo SEI 202300047001745 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de interposta pessoa, pessoa jurídica ou ente despersonalizado e, se sociedade, desde que sejam sócios majoritários, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo judicial nº 200804693247.	30/11/2022	29/11/2032	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
139	349.710.921-53	WANDERCY BUENO DA SILVA JUNIOR	Impedimento	Processo SEI 202300003011829 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 03 (três) anos. Processo SEI 202300003011829	14/04/2023	13/04/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
140	369.792.951-87	JOÃO BOSCO DA SILVA	Impedimento	Processo SEI 202300003011829 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 03 (três) anos. Processo SEI 202300003011829	14/04/2023	13/04/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
141	391.740.421-49	RICARDO DE PINA CABRAL	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0169537-70.2012.8.09.0123/2020: Proibição do executado contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo 10 (dez) anos. Processo SEI nº 202000047002234.	19/07/2019	19/07/2029	PODER JUDIACIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS - ESCRIVANIA DAS FAZ. PÚB. COMARCA DE PIRACANJUBA - GO -
142	374.241.901-30	Daniel Martins Mariano	Suspensão Temporária	Ação Cível pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 0175886-02.2016.8.09.0042: multa cível no valor de 30.000,00 e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. PROC. SEI Nº 202100003016513.	23/04/2021	23/04/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Comarca de fazenda Nova/GO - Escrivania Criminal e das Fazendas Públicas
143	24.341.520/0001-26	J.R. DE ALMEIDA ARÊDES - ME	Suspensão Temporária	Recusou a assinar a respectiva Ata de Registro de Preços, alegando uma variação de aproximadamente 60% (sessenta por cento) de alta no preço do insumo aço, que é praticamente o item de maior composição de custo dos bens constantes da Ata. Processo SEI (202100041000175)	06/12/2021	06/12/2023	Tribunal de justiça do estado de Goiás
144	129.995.981-49	Delúbio Soares de Castro	Suspensão Temporária	sei (202200005006603)2) Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 (oito) anos, a contar do trânsito em julgado do acórdão; 3) Pagamento de multa civil no valor de 6 (seis) salários de professor de cada um dos réus (Delúbio e Noeme); 4) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos; 5	12/04/2022	12/04/2032	Tribunal de justiça do estado de Goiás

145	449.005.461-00	Lourenço Pereira Filho	Suspensão Temporária	Versam os autos sobre Ofício nº 0306946-98.2012.8.09.0152/2022. Ressarcimento do dano causado ao erário, de forma solidária com os demais requeridos, no valor de RS715.526,08; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 05 anos; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 anos. DOC. SEI 202200003007277.	27/04/2022	27/04/2027	Poder Judiciário do Estado de Goiás
146	281.389.021-91	OSMAR MARIM BARBOSA	Suspensão Temporária	Versam os autos sobre Ofício nº 0306946-98.2012.8.09.0152/2022, ressarcimento do dano causado ao erário, de forma solidária com os demais requeridos, no valor de R$ 715.526,08; suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 05 anos; proibição de contratar com o poder público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 anos. DOC. SEI 202200003007277.	27/04/2022	27/04/2027	Poder Judiciário do Estado de Goiás
147	211.802.371-53	Oldemar de Almeida Pinto Filho	Suspensão Temporária	Autos processo judicial nº 0002186-61.2015.4.01.3506 - Subseção de Formosa/GO - Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Autos Proc. SEI nº 202200003014734.	28/01/2021	27/01/2026	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
148	722.812.511-87	Anésia Lopes da Silva Santos Vieira	Suspensão Temporária	Autos Processo SEI nº 202200047003116 - Anotação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 03 (três) anos. Autos Processo Judicial nº 5178826-03.2018.8.09.0164	30/05/2022	29/05/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
149	949.103.591-68	Marília da Conceição Farias Alves Vieira	Suspensão Temporária	Autos Processo SEI nº 202200047003116 - Anotação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 03 (três) anos, nos termos da sentença dos Autos Processo nº 5178826-03.2018.8.09.0164	30/05/2022	29/05/2025	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
150	05.415.800/0001-97	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL	Suspensão Temporária	Penalidade IBEG - Instituto Brasileiro de Educação e Gestão. Processo 0216820-08.2010.8.09.0011, Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), Requerente Ministério Público, Ofício 375/2020 e Certidão de Trânsito e Termo de Baixa do Superior Tribunal de Justiça AREsp 948225/GO. Acordão de fls. 5962, transitou em julgado dia 18 de outubro de 2017, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.	23/10/2017	23/10/2027	Comarca de Aparecida de Goiânia / Vara da Fazenda Pública Municipal, Registros Públicos e Ambiental
151	062.991.301-30	VALDIR INACIO DO PRADO	Suspensão Temporária	PROCESSO JUDICIAL nº 5633455-64.2022.8.09.0019 - Aplicação de penalidade de proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de 05 (cinco) anos - PROCESSO SEI nº 202200013002690.	07/12/2022	06/12/2027	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

152	07.742.333/0001-35	Congonhas Air Smile Odontologia Ltda	Suspensão Temporária	Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Goiás, da empresa Congonhas Air Smile Odontologia Ltda, CNPJ/MF nº 07.742.333/0001-35, tendo em vista a paralisação injustificada dos serviços contratados pelo TJGO, conforme cópia integral do Processo Administrativo nº 202111000306024 (000027967993). DOC SEI 202200041000022.	10/02/2022	10/02/2024	Diretoria do Centro de Saúde TJ/GO
153	12.290.486/0001-29	JB GREGÁRIO LTDA	Suspensão Temporária	Versam os autos sobre Ofício nº 0306946-98.2012.8.09.0152/2022, nas seguintes sanções: Ressarcimento do dano causado ao erário, de forma solidária com os demais requeridos, no valor de 715.526,08. Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 anos. DOC SEI: 202200003007277.	27/04/2022	27/04/2027	Poder Judiciário do Estado de Goiás
154	599.886.141-87	João Batista de Sousa	Impedimento	Processo SEI 202200003023970 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público e de receber incentivos fiscais ou creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 anos (cinco anos) em decorrência de condenação no bojo do processo judicial nº 5243397-53.2018.8.09.0076.	10/08/2022	09/08/2027	2ª Vara Cível - Criminal - Fazendas Públicas - Registros Públicos e Ambiental da Comarca de Iporá - GO
155	798.200.931-04	ENILTON JOSÉ DE SOUZA	Impedimento	Processo SEI 202300003014350 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos decorrente do processo judicial 5588102-98.2018.8.09.0032.	15/07/2021	14/07/2024	Vara das Fazendas Públicas da Comarca de Rubiataba/GO
156	05.858.023/0001-55	FOMENTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	Suspensão Temporária	Processo SEI n.º 2020000007004946 - Processo administrativo que gerou penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 12 (doze) meses (Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 012/2020, item 11.1), à empresa Fomento Distribuidora Ltda ME.	28/09/2022	27/09/2023	Secretaria de Estado de Segurança Pública
157	08.931.820/0001-09	NEW LINE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA	Multa	Processo Administrativo nº 201700028000192 por descumprimento do Contrato nº 015/2017: Multa no valor de R$ 50.587,86 (cinquenta mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos), com incidência de correção monetária em caso de não pagamento, conforme Tabela de Cálculos da Justiça Federal. Decisão baseada nas letras "b" e "c" do inciso II da Cláusula Décima Segunda do Contrato 015/2017, bem como no Art. 87 da Lei 8.666/1993. Processo SEI nº 201700028000192.	20/02/2019	20/02/2024	Agência Brasil Central
158	02.330.299/0001-78	GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI	Suspensão Temporária	Multa de mora conforme Inciso I, da letra "b" do Item 12.1 da "12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E MULTAS" do Contrato nº 013/2021/SEAPA, no valor de R$ 40.490,00 com o inicio de 19 de novembro de 2021, data do ultimo dia para a ultima entrega da máquina. Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos pela falha na execução do contrato e descredenciamento no CADFOR, por igual período. DOC. SEI 202217647000982	17/05/2022	17/05/2024	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

159	33.070.387/0001-01	LIFE COMERCIO E SERVICOS - EIRELI	Suspensão Temporária	Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA à empresa LIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, de multa e de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos no Processo SEI 202217647001959.	31/10/2022	30/10/2024	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
160	17.761.689/0001-70	ENGECAR REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202217647001922 - Anotação da penalidade IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO e descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de 2 (dois); MULTA, no importe de 10% (dez por cento) com valor de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), tendo em vista o descumprimento do Contrato nº 070/2021-SEAPA.	10/10/2022	09/10/2024	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA
161	07.540.604/0001-70	EUROTRACTOR ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	Declaração de Inidoneidade	Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que declarou a pessoa jurídica EUROTRACTOR ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do Processo SEI 202217647001386.	14/03/2023	13/03/2024	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
162	02.330.299/0001-78	GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI	Impedimento	Descumprimento contratual - Contrato nº 02/2021 - SEAPA, com aplicação das seguintes sanções: a) Multa de mora, no valor de R$ 356.103,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, cento e três reais); b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração, e descredenciamento no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR, com prazo de dois anos, com o início de 13 de setembro de 2021.	13/09/2021	13/09/2023	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
163	05.871.240/0001-85	LOG LAB INTELIGÊNCIA DIGITAL LTDA	Impedimento	Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores - PAF 1/2019: Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade, incluindo o ressarcimento dos prejuízos. Processo SEI 202000005027741. Decisão 1/2021 - SUPCAD - Sanção modificada de "Declaração de Inidoneidade" para "Impedimento" - Proc. SEI 202111867000160.	28/10/2020	27/10/2023	Controladoria Geral do Estado - CGE
164	010.223.088-90	AILTON NUNES DOS SANTOS	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira
165	127.032.318-06	ELVÉCIO RUI LAZARI	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira
166	511.481.968-20	SÉRGIO FERNANDO STERZO	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira
167	051.227.158-58	SILVIO FÉLIX DA SILVA	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira

168	137.612.918-33	RONI EVERSON MURAOKA	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira
169	216.134.958-97	DANIEL DE ALMEIDA SANTOS	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira
170	067.594.768-59	ADALBERTO PEDRO MANSUR	Impedimento	Penalidade recebida: impedimento de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme consta do proc. SEI 202218037000610.	03/06/2019	03/06/2024	Tribunal de Justiça de São Paulo - Comarca de Limeira
171	721.221.026-91	DOURINHA ANTONIO DE SOUSA	Impedimento	Processo SEI 202300047001951 - Aplicação da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoas jurídicas da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de 3 (três) anos. Processo SEI 202300047001951	25/05/2022	24/05/2025	Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Subseção Judiciaria de Formosa
172	754.901.378-00	ERNANI JOSE DE PAULA	Impedimento	Processo Judicial nº 0003032-71.2007.4.01.3502 e Processo SEI 202300047002319 - Aplicação da penalidade de Proibição de contratar com o poder público e/ou de receber benefícios ficais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos.	25/04/2022	24/04/2027	1º Vara Federal e 1° Juizado Especial Federal - Subseção Judiciária de Anápolis - GO
173	138.645.996-87	MARCOS FERNANDES DE OLIVEIRA	Impedimento	Processo Judicial nº 0003032-71.2007.4.01.3502 e Processo SEI 202300047002319 - Aplicação da penalidade de Proibição de contratar com o poder público e/ou de receber benefícios ficais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos.	25/04/2022	24/04/2027	1º Vara Federal e 1° Juizado Especial Federal - Subseção Judiciária de Anápolis - GO
174	509.180.449-87	LUCIANO FERNANDES DE LIMA	Impedimento	Processo Judicial nº 0003032-71.2007.4.01.3502 e Processo SEI 202300047002319 - Aplicação da penalidade de Proibição de contratar com o poder público e/ou de receber benefícios ficais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos.	25/04/2022	24/04/2027	1a Vara Federal e 1° Juizado Especial Federal - Subseção Judiciária de Anápolis - GO
175	07.576.018/0001-85	LEFORTI TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	Declaração de Inidoneidade	Condenação da empresa LEFORTI TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA na penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição prevista no inciso IV, do artigo 87, ambos da Lei 8.666/93, em razão de medições a maior no montante de R$ 250.399,56 e recusa em reparação de patologias em rodovia, durante a garantia quinquenal, gerando Dano ao Erário de R$ 418.516,98. (DOC SEI 202100036007825).	31/05/2022	31/05/2024	Agencia Goiana de Infraestrutura e Transporte
176	585.790.011-53	João Alexandre Landim	Impedimento	Processo Administrativo SEI nº 200900026000114 - Inexecução contratual: Aplicabilidade das penalidades decorrentes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, qual seja, impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos. Proc. SEI nº 200900026000114.	07/06/2021	07/06/2026	Secretaria de Estado de Cultura

177	37.282.669/0001-23	IDEAL CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Proc. autuado, por meio da Portaria nº 03/2021 (000021548858):Pela aplicação de multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso,); Multa de 0,7% (sete décimos por cento); e pela suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com essa secretaria, pelo prazo de 02 (dois) anos. Proc. SEI 202100006040903.	26/10/2021	26/10/2023	Secretaria de Estado da Educação
178	08.654.983/0001-91	CONSTRUTORA SERRA DOURADA LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Processo 202100006018856 - Portaria n° 1135/2021 - SEDUC - DESPACHO Nº 278/2021 - GAB: APLICAR A MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação e SUSPENDER TEMPORARIAMENTE O DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA SECRETARIA, pelo prazo de 02 (dois) anos. Retificado e ratificado pelo Despacho 2593/2021 - GEACAP Processo SEI nº 202100006018856.	23/08/2021	23/08/2023	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
179	08.654.983/0001-91	CONSTRUTORA SERRA DOURADA LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Processo 202100006018856 - Portaria n° 1135/2021 - SEDUC - DESPACHO Nº 278/2021 - GAB: APLICAR A MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação e SUSPENDER TEMPORARIAMENTE O DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA SECRETARIA, pelo prazo de 02 (dois) anos. Retificado e ratificado pelo Despacho 2593/2021 - GEACAP Processo SEI nº 202100006018856.	23/08/2021	23/08/2023	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
180	37.181.064/0001-46	PATAMAR PRESTACAO DE SERVICOS E LOCACAO - EIRELI	Suspensão Temporária	Trata-se de procedimento autuado, por meio do Despacho nº 003/2021 - Relatório Decisório (000026187901), para apuração de responsabilidade por supostas irregularidades praticadas pela pessoa jurídica contratada para reforma geral do Colégio Estadual Coronel Pedro Nunes. A suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a secretaria, prazo de 2 anos, juntamente com a aplicação de multa, conforme Despacho Decisório (000026187901). DOC. SEI 202100006071616.	20/12/2021	20/12/2023	Secretaria de Estado da Educação
181	15.615.435/0001-18	Forte Serviços e Construções Ltda	Suspensão Temporária	PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI nº 202200006027734 - Aplicação de penalidade de Suspensão temporária do direito da contratada participar de licitações e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme Cláusula Décima Primeira, do Contrato n° 30/2020, item 11.2.3.	28/09/2022	27/09/2024	Secretaria de Estado da Educação
182	33.364.059/0001-18	LUC CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202200006059452 - Anotação da penalidade aplicada de "SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, pelo prazo de 02 (dois) anos"; bem como a sanção de multa no valor de R$ 5.363,36 (cinco mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos).	18/10/2022	17/10/2024	Secretaria de Estado da Educação

183	09.152.343/0001-46	LA BELLA CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006061983 - Aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual do Estado de Goiás, pelo prazo de 02 (dois) anos (Cláusula Décima Primeira, item 11.2.3, e Art. 87, III da Lei 8.666/93). Processo SEI nº 202200006061983.	18/11/2022	17/11/2024	Secretaria de Estado da Educação
184	05.219.604/0001-47	METALURGICA MACEDO LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006074278 - Aplicação da penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL pelo prazo de 02 (dois) anos (Lei Federal nº8.666/93). Processo SEI nº 202200006074278.	09/02/2023	08/02/2025	Conselho da Coordenação Regional de Educação, Cultura e Esporte de Quirinópolis
185	05.219.604/0001-47	METALURGICA MACEDO LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006068650 - aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa Metalúrgica Macedo Ltda, pela Coordenação Regional de Educação de Pires do Rio.	10/03/2023	09/03/2025	Coordenação Regional de Educação de Pires do Rio
186	20.750.396/0001-00	UNIVERSO ENGENHARIA E ACÚSTICA LTDA - ME	Suspensão Temporária	Autos processo SEI n.º 202200006027588 - Registro da penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, da pessoa jurídica Universo Engenharia e Acústica Ltda.	28/09/2022	27/09/2024	Secretaria de Estado da Educação
187	05.219.604/0001-47	METALURGICA MACEDO LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006079096: registro da penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, da pessoa jurídica Metalúrgica Macedo Ltda, aplicada pela Coordenação Regional de Educação de Quirinópolis.	08/02/2023	07/02/2025	Secretaria de Estado da Educação
188	33.578.193/0001-11	CONSTRUTORA SANTIAGO EIRELI	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006013387 - Aplicação de penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de Goiás pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses; (art. 87, inciso III e IV da lei 8.666/93 c/c/ cláusula décima primeira, do contrato n° 06/2022, item 11.7); - Processo SEI nº 202200006013387.	10/03/2023	09/03/2025	COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE APARECIDA DE GOIANIA
189	46.553.073/0001-01	FORTTE ENGENHARIA LTDA	Declaração de Inidoneidade	Processo SEI 202200006070670 - Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado da Educação, que declarou a pessoa jurídica Fortte Construtora e Manutenção Predial Ltda (FORTTE ENGENHARIA LTDA) inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos (art. 87, inciso IV c/c art. 88, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993).	02/03/2023	01/03/2025	Secretaria de Estado da Educação

190	35.093.922/0001-75	VW LIMA INFRA E CONSTRUÇÕES EIRELI	Suspensão Temporária	Penalidade (Suspensão Temporária): Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Secretaria, por prazo não superior a 2 (dois) anos (Cláusula Décima Primeira, do Contrato 004/2021, item 11.9). Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre serviço não realizado. Multa de 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou parte da etapa do cronograma físico de obras não cumpridas. DOC SEI: 202100006043589	21/09/2021	21/09/2023	Secretaria de Estado da Educação
191	09.152.343/0001-46	LA BELLA CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Autos Proc. SEI nº 202200006053868 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de 01 (um) ano, bem como aplicação da cobrança de multa, em razão do descumprimento do Contrato nº 066/2021.	28/09/2022	27/09/2023	Secretaria de Estado da Educação
192	35.093.922/0001-75	VW LIMA INFRA E CONSTRUÇÕES EIRELI	Suspensão Temporária	PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 202100006082885 - Aplicação de penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 014/2020, item 11.2.3).	16/12/2022	15/12/2024	Secretaria de Estado da Educação
193	05.219.604/0001-47	METALURGICA MACEDO LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006079200 - aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos. Processo SEI nº 202200006079200.	08/02/2023	07/02/2025	Secretaria de Estado da Educação
194	20.459.372/0001-98	CONSTRUÇÕES DE CIDADE CAPITAL LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006063067 - penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicada à empresa CCB – CONSTRUÇÕES DE CIDADE CAPITAL (CONSTRUÇÕES DE CIDADE CAPITAL LTDA), pela Coordenação Regional de Educação de Rio Verde.	18/10/2022	17/10/2024	Coordenação Regional de Educação de Rio Verde
195	08.674.408/0001-50	OCEAN CONSTRUÇÕES EIRELI - ME	Suspensão Temporária	No que tange as penalidades: Aplicar a Multa de 0,3% ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, correspondendo ao valor de R$ 89.893,52; SUSPENDER TEMPORARIAMENTE O DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de 02 anos; (DOC SEI 202100006067328).	17/03/2022	17/03/2024	Secretaria de Estado da Educação
196	08.975.727/0001-04	J. DE ANDRADE SILVA JUNIOR EIRELI	Declaração de Inidoneidade	Processo SEI 202200006073686 - Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado da Educação, que declarou a pessoa jurídica J DE ANDRADE SILVA JUNIOR EIRELI EPP inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos (art. 87, inciso IV c/c art. 88, inciso II, da Lei federal nº 8.666, de 1993). Decisão publicada do Diário Oficial do Estado de Goiás n. 24.017, de 10 de abril de 2023.	10/04/2023	09/04/2025	Secretaria de Estado da Educação

197	09.152.343/0001-46	LA BELLA CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006069287 - Aplicação de penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com esta Secretaria, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima, item 12.2.3) - Processo SEI nº 202200006069287	05/01/2023	04/01/2025	Secretaria de Estado da Educação
198	45.251.018/0001-02	SAMBA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	Declaração de Inidoneidade	Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado da Educação, que declarou a pessoa jurídica Samba Engenharia e Construção Ltda inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do Processo SEI 202200006078265.	18/04/2023	17/04/2025	Secretaria de Estado da Educação
199	05.202.752/0001-59	BARROS E SILVA CONSTRUTORA EIRELI - EPP	Suspensão Temporária	para registro da penalidade de "suspensão temporária do direito da Empresa participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos", da pessoa jurídica Barros e Silva Construtora EIRELI, no Sistema Eletrônico de Gestão de Compras – COMPRASNET.GO, com todos os Órgãos e Entidades do Estado de Goiás, conforme Decisão da Coordenadora Regional de Educação de Uruaçu, presente no evento 000025505869.	01/02/2022	01/02/2024	Secretaria de Estado da Educação
200	24.164.922/0001-00	INTERCON CONSTRUTORA LTDA-EPP	Suspensão Temporária	Processo SEI 202100006059077 - Portaria 3629/SEDUC - penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa Intercon Construtora Ltda EPP.	18/11/2022	17/11/2024	Secretaria de Estado da Educação
201	40.902.807/0001-34	AQUINO COMERCIO ATACADISTA EIRELI	Declaração de Inidoneidade	Processo SEI 202200006043502 - APLICAÇÃO DE SANÇÃO A PESSOA JURÍDICA AQUINO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, inscrita no CNPJ: 40.902.807/0001-34, nos termos do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, pela apresentação da atestado de capacidade técnica inverídico, praticando assim ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação conforme prevê o art. 88, II, da Lei Federal nº 8.666/93. Processo SEI 202200006043502.	08/12/2022	07/12/2024	Secretaria de Estado da Educação
202	35.615.924/0001-87	CE.CONSTRUENERGIA CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI 202300006022803 - Aplicação da penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Segunda, do Contrato nº 004/2021, item 10.9);	05/04/2023	04/04/2025	Secretaria de Estado da Educação
203	33.364.059/0001-18	LUC CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006073379 - Aplicação da penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93); - Processo SEI 202200006073379	04/05/2023	03/05/2025	Secretaria de Estado da Educação
204	24.582.756/0001-54	JOÃO ISAÍAS DA SILVA NETO - ME	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006076293 - aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa João Isaias da Silva Neto ME, pelo Colégio Estadual Deputado José de Assis.	10/03/2023	09/03/2025	Colégio Estadual Deputado José de Assis

205	22.156.631/0001-37	DIMIRANDA CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Registro de penalidade aplicada pela Secretaria de Estado da Educação à empresa DIMIRANDA CONSTRUTORA LTDA – ME, de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo período de 01 (um) ano, nos termos no Processo SEI 202200006063108.	17/04/2023	16/04/2024	Secretaria de Estado da Educação
206	22.901.297/0001-07	MJ RIBEIRO - COMERCIAL CENTRO SUL	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006069322 - Aplicação da penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos (Cláusula Décima Primeira, item 11.2.3 e art. 87, III da Lei 8.666/93); - Processo SEI nº 202200006069322	04/05/2023	03/05/2025	Secretaria de Estado da Educação
207	20.351.683/0001-39	MIX CONSTRUTORA, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006094217 - Aplicação da penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Segunda, do Contrato nº 019/2022, item 10.9);	09/03/2023	08/03/2025	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SUBSECRETARIA METROPOLITANA
208	20.459.372/0001-98	CONSTRUÇÕES DE CIDADE CAPITAL LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006060709 - Aplicação de penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, pelo prazo de 02 (dois) anos. - Processo SEI nº 202200006060709.	12/05/2023	11/05/2025	CEPI Osório Raimundo de Lima
209	32.470.212/0001-29	UIN CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202300006038261 - Aplicação de penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e item 10.9 do Contrato nº 005/2022)	04/05/2023	03/05/2025	CONSELHO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SILVÂNIA
210	35.093.922/0001-75	VW LIMA INFRA E CONSTRUÇÕES EIRELI	Suspensão Temporária	Procedimento de apuração de responsabilidade conforme decisão da SEC exarada nos Despacho Nº 283/2021 - GAB, e acolhimento da PGE, através do Despacho nº 3177/2021 GEACAP: Multa no valor de R$ 66.801,60 (sessenta e seis mil oitocentos e um reais e sessenta centavos), conforme Despacho 317/2021 - GEFAO (000024467442) e suspensão temporária do direito da empresa participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos - Proc SEI 202000006050226.	10/11/2021	10/11/2023	Secretaria de Estado da Educação
211	20.750.396/0001-00	UNIVERSO ENGENHARIA E ACÚSTICA LTDA - ME	Suspensão Temporária	Aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do fornecimento, conforme Cláusula Décima Primeira do Contrato n° 157/2017; e, suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado da Educação pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 157/2017, com a assunção imediata da obra, objeto do ajuste, nos termos do que prevê o art. 80, inc. I da Lei nº 8.666/93. PROC. SEI 202100006021878.	17/11/2021	17/11/2023	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

212	22.703.179/0001-86	NN CONSTRUTORA EIRELI	Suspensão Temporária	Processo administrativo - Portaria numero 1138: III - PELA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA SECRETARIA, pelo prazo de 02 (dois) anos (Cláusula Décima Primeira, do Contrato com a NM Construtora Eireli, item 11.9) e multa (Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 077/2020 (000015935958), item 11.3.II) e Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 077/2020 (000015935958) item 11.3.III)-Proc. SEI 202100006020293.	17/08/2021	17/08/2023	Secretaria de Estado da Educação
213	35.093.922/0001-75	VW LIMA INFRA E CONSTRUÇÕES EIRELI	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202100006042297 - Anotação do registro da penalidade multa, no valor de R$ 65.574,24, bem como suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o Poder Público pelo prazo de 01 (um) ano.	04/08/2022	03/08/2023	Secretaria de Estado da Educação
214	26.742.605/0001-41	ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI - ME	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202100006076801 - Anotação da penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 2 (dois) anos.	21/11/2022	20/11/2024	Secretaria de Estado da Educação
215	38.407.451/0001-10	M4 INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202200006041299 - Anotação da sanção administrativa de aplicação de multa e suspensão temporário do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de 02 (dois) anos.	25/08/2022	24/08/2024	Secretaria de Estado da Educação
216	07.762.888/0001-49	MVA CONSTRUTORA EIRELI-EPP	Suspensão Temporária	Autos processo SEI N.º 202200006027741 - Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos.	28/09/2022	27/09/2024	Secretaria de Estado da Educação
217	37.282.669/0001-23	IDEAL CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - EPP	Suspensão Temporária	Proc. autuado, por meio da Portaria nº 03/2021 (000021655114): Aplicação da multa de 10% (dez inteiros por cento) ao dia, até o trigésimo dias de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte do cronograma físico de obras não cumpridas e, pela aplicação da sanção de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com esta Secretaria de Estado da Educação, pelo período de 02 (dois) anos. Proc. SEI 202100006042233.	25/10/2021	25/10/2023	Secretaria de Estado da Educação
218	16.904.437/0001-90	W.S.O. SERVIÇOS EIRELI	Suspensão Temporária	Processo 202100006004804 - Portaria n° Portaria 0205/2021 - SEDUC - Desp. DESP. Nº 238/2021 - GAB: APLICAR AS MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação e SUSPENDER TEMPORARIAMENTE O DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA SECRETARIA, pelo prazo de 02 (dois) anos - Retificado pelo DESPACHO Nº 2504/2021 - GEACAP - Proc. SEI nº 202100006004804.	24/08/2021	24/08/2023	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
219	22.901.297/0001-07	MJ RIBEIRO - COMERCIAL CENTRO SUL	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202300006020993 - Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com esta Secretaria, pelo prazo de 02 (dois) anos – Art. 87, II, da Lei 8.666/93.	11/05/2023	10/05/2025	Conselho da Coordenação Regional da Educação de Rio Verde

220	05.202.752/0001-59	BARROS E SILVA CONSTRUTORA EIRELI - EPP	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006074041 - Aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos.	22/06/2023	21/06/2025	COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CATALÃO
221	32.470.212/0001-29	UIN CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202300006018005 - Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos (Art. 87, III da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Segunda, do Contrato nº 006/2022, item 10.9);	10/04/2023	09/04/2025	CONSELHO ESCOLAR EDUCANDO PARA A VIDA
222	27.820.642/0001-93	CONSTRUART CONSTRUÇÕES LTDA - ME	Suspensão Temporária	Processo SEI 202300006040234 - Aplicação da penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos - Art. 87, II, da Lei 8.666/93.	23/05/2023	22/05/2025	COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE RIO VERDE
223	33.578.193/0001-11	CONSTRUTORA SANTIAGO EIRELI	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202200006013444 - Aplicação da penalidade de Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com esta Secretaria, pelo prazo de 2 (dois) anos; (art. 87, inciso III e IV da lei 8.666/93 c/c/ cláusula décima primeira, do contrato n° 06/2022, item 11.7);	05/04/2023	04/04/2025	COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA
224	27.851.824/0001-21	MARKIZE CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI - EPP	Suspensão Temporária	Processo SEI nº 202300006006457 - Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com esta Secretaria, pelo prazo de 02 (dois) anos – Art. 87, II, da Lei 8.666/93.	06/03/2023	05/03/2025	CONSELHO DA COORDENAÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE RIO VERDE
225	33.364.059/0001-18	LUC CONSTRUTORA LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006062495 - Aplicação de penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, pelo prazo de 02 (dois) anos".	22/06/2023	21/06/2025	COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CATALÃO
226	07.826.264/0001-48	Forts Engenharia, Arquitetura e Metalurgia Ltda	Suspensão Temporária	Processo SEI 202318037000185 e Proc. admin. 045/2021 (Assembleia Legislativa MS) - penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual, pelo prazo de 02 (dois) anos, à empresa Forts Engenharia, Arquitetura e Metalurgia LTDA, CNPJ 07.826.264/0001-48 (nome atual: Torres do Cerrado Telecom e Metalurgica LTDA), aplicada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.	18/11/2022	17/11/2024	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul
227	911.794.321-34	ELIUDE GOMES	Suspensão Temporária	Perda das funções públicas que eventualmente exerça, bem como, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos. processo SEI numero (202200003011405), DESP 339 (000031553638)	04/07/2022	04/07/2027	Secretaria de Estado da Adminstração
228	27.851.824/0001-21	MARKIZE CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI - EPP	Suspensão Temporária	Processo SEI 202200006063442 - Aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Processo SEI 202200006063442.	03/03/2023	02/03/2025	COLÉGIO ESTADUAL ADEMAR ALVES DE SOUZA

229	27.851.824/0001-21	MARKIZE CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI - EPP	Suspensão Temporária	Processo Administrativo - Processo SEI n° 202100002123983 - aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de Goiás, pelo prazo legal de 02 (dois) anos. Processo SEI n° 202100002123983.	19/01/2023	18/01/2025	COLEGIO ESTADUAL DA POLICIA MILITAR DE GOIÁS DE FORMOSA DOMINGOS DE OLIVEIRA
230	31.917.209/0001-48	ABREU CONSTRUTORA EIRELI	Suspensão Temporária	Processo nº 202200006064248 - Aplicação de penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, pelo prazo de 02 (dois) anos. Processo nº 202200006064248.	16/09/2022	15/09/2024	SEDUC CRE - ITAPACI ESCOLA ESTADUAL NOVA PONTE
231	20.459.372/0001-98	CONSTRUÇÕES DE CIDADE CAPITAL LTDA	Suspensão Temporária	Processo SEI n° 202200006063076 - Aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos. Processo SEI n° 202200006063076.	03/03/2023	02/03/2025	CONSELHO ESCOLAR COLEGIO ESTADUAL ROSA TURISCO DE ARAUJO
232	270.509.391-53	JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA MORAES	Suspensão Temporária	Processo nº 450862.19, protocolo 0450862.19.2006.8.09.0083, da Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de Goiás: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201811867001315.	09/02/2017	09/02/2027	Poder Judiciário - Comarca de Itapaci - Fazendas Públicas e 2ª Cível
233	716.523.701-10	DANNY LIMA CAVALCANTE	Suspensão Temporária	Processo n.º 0099791.40.2012.8.09.0051, tramitado na 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal e Reg Púb.II: Proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201811867001471.	10/04/2018	10/04/2028	Poder Judiciário - Goiânia - 3 aVara da Fazenda Pública Municipal e Reg Púb- 11
234	095.918.181-49	JOSÉ MANOEL DA SILVA	Suspensão Temporária	Processo nº 450862.19, protocolo 0450862.19.2006.8.09.0083, da Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de Goiás: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201811867001315.	09/02/2017	09/02/2027	Poder Judiciário - Comarca de Itapaci - Fazendas Públicas e 2ª Cível
235	430.381.905-00	MOISÉS SILVA BARBOSA	Impedimento	Processo nº 8051-30.2013.4.01.3314: Proibição de contratar com o Poder Público em quaisquer das esferas da Federação, ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos. Processo SEI nº 201700005015688.	26/08/2016	25/08/2026	Ministério Público Federal
236	060.351.241-00	BENEDITO PEREIRA LIMA	Suspensão Temporária	Decisão judicial proferida pelo Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, na Ação de Improbidade Administrativa n° 34280-22.2011.4.01.3500: Impedimento de receber do Poder Público benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa(s) jurídica(s), da(s) qual(is) seja sócio majoritário pelo prazo de 10 (dez) anos.	03/03/2017	02/03/2027	Seção Judiciária do Estado de Goiás - 4ª Vara

237	133.066.691-72	ANTÔNIO PÁDUA CAMPOS	Suspensão Temporária	Processo - 0322434.88.2012.8.09.0089 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI 201900001003725.	08/08/2018	07/08/2028	Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Ivolândia
238	010.921.357-23	PAULO ROBERTO ALEXANDRINO	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal: Proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900005005575.	28/04/2017	27/04/2027	Ministério Público Federal
239	364.115.821-49	ONILTO SOARES RIBEIRO	Suspensão Temporária	Processo - 0322434.88.2012.8.09.0089 - Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa: Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 05 (cinco) anos. Processo SEI 201900001003725.	08/08/2018	07/08/2023	Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Ivolândia
240	09.360.944/0001-44	Bonafer Indústria e Comércio de Máquinas Ltda	Impedimento	Processo nº 78198087/2019 da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Goiânia: Penalidade de impedimento de licitar ou contratar com o Município de Goiânia pelo prazo de 05 (cinco) anos. Processo SEI nº 201911867001776	03/09/2019	02/09/2024	Prefeitura Municipal de Goiânia
241	776.735.221-87	DANIEL AUGUSTO BITTENCOURT BOAVENTURA	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal: Proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios creditícios direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI nº 201900005005575.	28/04/2017	27/04/2027	Ministério Público Federal
242	291.082.568-02	Fernando Marmo Rossi	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 1011167-46.2019.8.26.0320: Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 12, incisos I a III, da Lei 8429/92. Processo SEI nº 201918037003536.	22/04/2019	21/04/2029	Tribunal de Justiça - SP/Comarca de Limeira
243	191.680.408-06	Maria de Lourdes Stavale Vicente	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 1011167-46.2019.8.26.0320: Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 12, incisos I a III, da Lei 8429/92. Processo SEI nº 201918037003536.	22/04/2019	21/04/2029	Tribunal de Justiça - SP/Comarca de Limeira
244	967.528.661-04	Lázara Leila Monteiro Martins	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, Processo nº 0182868.95.2017.8.09.0042: Proibição dos réus de contratar com o Poder Público e/ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por 5 (cinco) anos. Processo SEI 202100047002388.	02/06/2021	02/06/2026	Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Fazenda Nova - Vara das Fazendas Públicas

245	831.009.895-20	DARLAN PIRES SANTOS	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 2883-46.2014.4.01.3303: Proibição de contratarem com o Poder Público, receberem benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI 201900005016236.	24/05/2019	23/05/2029	Poder Judiciário - Justtiça Federal - Subseção Judiciária de Barreiras - BA
246	016.138.735-73	THIAGO PEREIRA CARVALHO	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 2883-46.2014.4.01.3303: Proibição de contratarem com o Poder Público, receberem benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 10 (dez) anos. Processo SEI 201900005016236.	24/05/2019	23/05/2029	Poder Judiciário - Justiça Federal - Subseção Judiciária de Barreiras - BA
247	175.738.058-29	Luiz Cláudio Barbosa	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 1011167-46.2019.8.26.0320: Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 12, incisos I a III, da Lei 8429/92. Processo SEI nº 201918037003536.	22/04/2019	21/04/2029	Tribunal de Justiça - SP/Comarca de Limeira
248	053.735.418-26	Rosângela Aparecida Ortiz de Camargo Feola	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa - Processo nº 1011167-46.2019.8.26.0320: Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 12, incisos I a III, da Lei 8429/92. Processo SEI nº 201918037003536.	22/04/2019	21/04/2029	Tribunal de Justiça - SP/Comarca de Limeira
249	191.122.891-91	José Luiz Prudente D' Oliveira	Impedimento	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, processo nº 0008980-73.2002.4.01.3500: Proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 08 (oito) anos. Processo SEI nº 20200005003855.	05/10/2018	04/10/2026	Justiça Federal em Goiás - 2ª Vara - Comarca de Goiânia
250	612.519.331-49	João Vitor Soares	Suspensão Temporária	Processo 0003021-15.2016.4.01.3506-Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa: Pagamento de multa civil de duas vezes o valor do dano, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos. Proc. SEI 202100003013752.	25/05/2021	25/05/2026	Justiça Federal da 1ª Região - Seção Judiciária do Estado de Goiás

251	364.571.161-91	Valmim Soares de Campos	Suspensão Temporária	PROCESSO SEI NR 202200003004299 PROCESSO NR 0000597-63.2017.4.01.3506 JUSTIÇA FEDERAL DA 1° REGIAO ONDE CONDENOU CONDENA O RÉU VALMIM SOARES DE CAMPOS, CPF Nº 364.571.161-91, A PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA, SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS POR OITO ANOS E A PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO, PELO PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS.	16/03/2021	16/03/2026	JUSTIÇA FEDERAL DA 1° REGIÃO
252	44.164.606/0001-38	ERJ Administrção e Restaurantes de Empresas Ltda	Declaração de Inidoneidade	Decisão do Tribunal de Contas - SP - Processo TC 041194/026/15: Declaração de inidoneidade e proibição de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Processo SEI nº 202100003011308.	30/09/2019	30/09/2024	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
253	374.241.901-30	Daniel Martins Mariano	Suspensão Temporária	Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, Processo nº 0182868.95.2017.8.09.0042: Proibição dos réus de contratar com o Poder Público e/ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por 5 (cinco) anos. Processo SEI 202100047002388.	02/06/2021	02/06/2026	Poder Judiciário do Estado de Goiás - Comarca de Fazenda Nova - Vara das Fazendas Públicas